

Afastar-se das prenoções

Serge Pauzam

Como escolher o tema com o qual se pretende trabalhar? Como, partindo do tema inicial, construir um verdadeiro objeto de estudos sociológicos? Como formular a questão sociológica que está na origem da investigação empírica? Como definir hipóteses? Como elaborar métodos de pesquisa apropriados? Estas questões são as que o estudante de sociologia e o sociólogo calejado se colocam e tentam responder antes de iniciar uma pesquisa. Urge acordar-lhes o máximo de atenção. Na prática, não é raro que seis meses, ou mais, separem a escolha inicial do tema da primeira problematização sociológica efetiva.

Por que um tempo tão longo? Em primeiro lugar, porque a escolha inicial é frequentemente guiada por sensibilidades ou orientações que nada têm de científico e das quais é necessário afastar-se progressivamente. Ora, este processo não é fácil, já que ele implica tanto um trabalho sobre si quanto um trabalho sobre as noções do senso comum, sobre as categorias da vida correntes cujo uso sistemático pode levar à cegueira. A construção de um objeto de estudos passa pela desconstrução, ao menos parcial, destas prenoções ou destes prejuízos que constituem obstáculos epistemológicos. Em segundo lugar, porque o trabalho sociológico passa pela enigmatização de tudo aquilo que parece evidente. Neste sentido, tornar-se sociólogo é ousar colocar questões impertinentes, mostrar o que está em jogo por detrás da cena, inteirar-se de todas as artimanhas da vida social, enfim, desvelar a realidade escondida dos fenômenos sociais. Em terceiro lugar, porque uma pesquisa sociológica obriga a um vai-e-vem entre a construção erudita e a verificação – ou a prova – empírica, e isso desde as primeiras formulações da problemática.

É frequente encontrar nas teses de mestrado e doutorado em sociologia, bem como nas introduções de obras que dependem desta disciplina, uma parte intitulada “Construção do objeto de estudos”. Geralmente o sociólogo se dedica num primeiro tempo à descrição de seu tema, à forma como geralmente ele é

tratado na vida corriqueira. E se pergunta: O que faz dele um tema sobre o qual todos falam, que questiona, interessa? Assim procedendo, ele cativa seu leitor, evocando primeiramente o que lhe é familiar, e pouco a pouco o leva a uma postura científica, a uma série de rupturas com o senso comum. A clarificação das palavras e dos conceitos é obviamente necessária, mas trata-se principalmente de um novo questionamento, de uma nova problemática que urge justificar a partir dos trabalhos sociológicos existentes, das hipóteses já verificadas, mas também das questões ainda não esclarecidas. É precisamente neste estágio que se torna possível falar de um objeto de estudos construído, não mais confundível com o sentido inicial das questões ditas de atualidade ou de sociedade. Entretanto, o que o sociólogo resume em algumas páginas parecendo às vezes elementares, geralmente é fruto de uma longa maturação.

Tomar distância em face de sua postura de pesquisador, desconstruir as noções do senso comum, desvelar os contrastes da vida em sociedade, elaborar conceitos e submetê-los à avaliação empírica, enfim, engajar-se simultaneamente num processo de objetivação e de questionamento crítico, eis os aspectos mais ordinários do ofício de sociólogo que neste capítulo entendemos desenvolver.

Primeiro trabalho de distanciamento

Antes de mais nada, o sociólogo se questiona sobre as razões que o levaram a interessar-se por tal ou tal pesquisa. Interrogar-se sobre a escolha do tema já é efetivamente um primeiro distanciamento. Como um pesquisador, debutante ou traquejado, escolhe? O professor que aceita um aluno no momento da delimitação de seu projeto de pesquisa muito frequentemente constata o vínculo geralmente estreito entre o tema que o candidato escolheu e sua experiência vivida, o ambiente social onde ele cresceu, os encontros que manteve, as dificuldades com as quais se deparou, os problemas que o revoltam, as injustiças que ele condena. Em suma, uma série de pontos que constituem sua relação com o mundo. O sociólogo calejado, deste ponto de vista, não é fundamentalmente diferente. Ele dispõe simplesmente da prudência de dissimular mais, aos olhos de seus colegas, o que poderia aparecer como um obstáculo epistemológico ou uma carência de rigor.

Na realidade, a escolha de um tema nunca é anódina. Geralmente, e em não poucos casos, ela resulta de motivações inconscientes ou, no mínimo, pouco explicitadas. Um exemplo: Por que Durkheim escolheu o suicídio ao invés de outro tema? Este tema pode ser efetivamente complexo e, em muitos aspectos, difícil de ser abordado, sobretudo no quadro de uma pesquisa propriamente sociológica, e, *a fortiori*, enquanto empresa cuja vocação resume-se em estabelecer as bases de uma disciplina. Qual vínculo pessoal Durkheim poderia ter tido com o suicídio? Sabemos, por meio de suas cartas, que ele se autodenominava “neurastênico”, e que, por consequência, se predispunha a refletir sobre esta

questão¹. Vale lembrar também que em seu livro ele abordou a questão da neurastenia no capítulo primeiro, intitulado “O suicídio e os estados psicopáticos”². Para ele, o objetivo era mostrar que, se esta neurose pode predispor ao suicídio, ela não levaria necessariamente a tal consequência. Segundo Durkheim, é necessário investigar, para além do estado orgânico do neurastênico, outras causas, notadamente as sociais. O mais impressionante é que, nos meandros de sua demonstração, ele se esforça em apresentar o neurastênico como um ser sofredor, mas ao mesmo tempo dotado de qualidades apreciáveis: “Sua debilidade muscular, sua sensibilidade excessiva, que o tornam impróprio à ação, o notabilizam, ao contrário, por suas funções intelectuais que, inclusive elas, necessitam de órgãos apropriados. [...] à medida que a própria sociedade é móvel e que não pode sustentar-se senão progredindo, ele tem uma função útil a exercer, já que, por excelência, sua inteligência é instrumento de progresso. Precisamente por ser refratário à tradição e à submissão ao rotineiro, ele é uma fonte eminentemente fecunda de novidades”³. Resumindo: se é compreensível que, não obstante seu sofrimento, o neurastênico possa perfeitamente encontrar seu lugar na sociedade, o tom empregado por Durkheim ao descrever este estado psicológico se lhe aparece empático e próximo. Com o estilo demonstrativo que em geral lhe é peculiar, ao analisar os fenômenos sociais Durkheim os delimita. Para além da aposta estritamente sociológica do estudo do suicídio, não seria absurdo pensar que este tema possa ter tido, para Durkheim, ao menos parcialmente, um interesse de ordem existencial.

Os sociólogos jamais escolhem totalmente ao acaso os temas que pesquisam e, no caso do suicídio, é raro que um sociólogo se interesse por ele sem, em um dado momento de sua vida, ter-se direta ou indiretamente confrontado com ele. É impressionante constatar que os sociólogos que estudam a imigração geralmente são oriundos de famílias que imigraram e que sofreram um processo de aculturação. Os sociólogos que se debruçam sobre a cultura dos ambientes operários e sobre a pobreza geralmente são de origem social mais modesta. A mobilidade social é um tema clássico em sociologia, mas ela é estudada prioritariamente por pesquisadores que conheceram um percurso integracional ascendente ou, ao contrário, por aqueles que viveram uma experiência de desclassificação ou de degradação estatutária. São essencialmente as mulheres que trabalham a questão do gênero e que estudam as dificuldades de conciliar vida familiar e vida profissional, que sublinham com mais convicção a questão

1. Cf. sobre este ponto MUCCHIELLI, L. “Autour de la ‘révélation’ d’Émile Durkheim – De l’inscription biographique des découvertes savantes à la notion de ‘Névrose créatrice’”. In: CARROY, J. & RICHARD, N. (orgs.). *La découverte et ses récits en sciences humaines* – Champollion, Freud et les autres. Paris: LHartmann, 1998, p. 57-96.

2. DURKHEIM, É. *Le suicide* – Étude de sociologie. Paris: PUF, 1897 [Reed., PUF: Quadrige, 2007]. Cf. esp. p. 33-46.

3. *Ibid.*, p. 45.

da continuidade das desigualdades entre homens e mulheres. São os antigos desportistas, ou os que tiveram um contato mais estreito com o mundo do esporte, que estudam a sociologia do esporte. E basta participar de um congresso de sociólogos da religião para constatar que uma grande parte da assembleia é composta de religiosos ou de pessoas próximas a um culto. Poderíamos multiplicar ao infinito os exemplos. Os sociólogos quase inevitavelmente projetam uma parte deles mesmos nas pesquisas que conduzem. Neste sentido eles não se distinguem do homem ordinário que busca harmonizar suas ações com o mundo que o cerca, visando a melhor compreendê-lo.

A questão que se impõe não é a de saber se é desejável ou não que o sociólogo mantenha uma afinidade com seu tema de pesquisa, mas a de saber enfrentar os inconvenientes da análise feita de “dentro” e da análise feita de “fora”. O pesquisador que já conhece um pouco por “dentro” seu tema pode pretender um conhecimento íntimo do terreno, fundado em experiências concretas e em relações com pessoas que poderiam subsequentemente se transformar em informantes privilegiados. Mas ser-lhe-ia exigido muito esforço para abandonar as prenoções e julgamentos próprios ao ambiente que ele estuda, ao passo que o pesquisador cujo tema tem pouca relação com seus conhecimentos e sua experiência pessoal poderia prevalecer-se de uma distância já adquirida.

Citemos aqui o caso de Richard Hoggart, sociólogo inglês oriundo dos bairros populares do Nordeste industrial da Inglaterra, conhecido na França pela tradução de seu livro *The Uses of Literacy* sob o título francês *La culture du pauvre – Études sur le style de vie des classes populaires en Angleterre* (A cultura do pobre – Estudos sobre o estilo de vida das classes populares na Inglaterra)⁴. A particularidade desse livro, escrito nos anos de 1950, é que ele faz fortemente apelo à experiência pessoal autobiográfica do autor em tudo o que se refere às atitudes, às maneiras e às formas de sociabilidade propriamente populares. Hoggart reconheceu que, por essa razão, sua obra não pode almejar à objetividade da pesquisa sociológica, mas nem por isso seu aporte é menos considerável. Em primeiro lugar, porque suas observações de caráter etnográfico são extremamente precisas, e porque ele se abstém de toda extrapolação excessivamente rápida. Ele, ao contrário, confronta os fatos que descreve com inúmeros estudos sociológicos, mantendo uma preocupação permanente de evitar toda generalização inconsciente. Ele também estuda a literatura de origem popular fazendo uso particular do julgamento distanciando de sociólogo crítico. Hoggart não buscou dissimular sua condição de origem. Sua força, ao contrário, reside em sua capacidade de aproveitar-se disso para descrever “do interior” o universo das classes populares, sem cair nem na veia populista, nem na deriva miserabilista que caracterizam inúmeros trabalhos universitários sobre a condição operária. A qualidade desta obra reside igualmente no incansável trabalho de autoanálise

4. Paris: De Minuit, 1970.

assumido pelo autor para controlar, sem eliminá-las, as emoções e as resistências ao desvelamento que uma pesquisa como esta inevitavelmente suscita. Isso se percebe, por exemplo, em suas exímias observações sobre a condição do bolista de origem popular e sobre o processo doloroso de desenraizamento e de desclassificação aos quais são confrontados estes jovens prometidos a estudos, cujos pais nunca puderam ter acesso.

Urge ter consciência de que a escolha de um tema raramente é neutra, e que ela geralmente é uma componente da experiência vivida pelo pesquisador, visto ser este um primeiro passo rumo à objetivação ou ao que poderíamos denominar “sociologia reflexiva”. Este, no entanto, é um exercício difícil, já que implica uma ruptura do sociólogo com tudo aquilo que o vincula ao seu objeto de estudos. O pesquisador geralmente resiste em elucidar a relação que ele mantém com seu objeto de estudos, já que quase sempre, de forma mais ou menos inconsciente, engaja nisso seu “interesse” pessoal. Ele, mediante uma postura científica, tenta responder a um questionamento que em parte é justificado por uma aposta do conhecimento sociológico, em parte por seu interesse pessoal. Alguns sociólogos nem sempre se dão conta disso, ou preferem minimizar sua importância.

Pierre Bourdieu declarou que sua pesquisa mais difícil, a mais custosa em termos de esforço de objetivação, reporta-se aos intelectuais e ao campo universitário que ele mesmo estudou. Em *Homo academicus*⁵, ele confrontou-se com a pesada responsabilidade – que ele mesmo aceitou – de estudar de forma científica as lutas internas de um mundo do qual ele era parte integrante. Eis como ele se reporta a esse mundo:

Num primeiro tempo, eu havia construído um modelo do espaço universitário como espaço de posições unidas por relações de força específicas, como um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças. Eu poderia ter parado lá, mas fui alertado pelas observações que em outros tempos, ao longo de meus trabalhos de etnologia, pude realizar sobre o “epistemocentrismo” associado à posição erudita; mais que um mal-estar suscitado em mim, no momento da publicação, o sentimento de ter cometido uma espécie de deslealdade, ao insinuar-me em observador de um jogo que eu continuava a jogar, forçou-me a retornar ao meu próprio ofício⁶.

Este questionamento é primoroso. Ele faz parte de uma etapa essencial da postura científica. Seria efetivamente possível reivindicar a posição de observador imparcial quando pessoalmente se está implicado nos jogos de poder ou de dominação que se pretende estudar? Não haveria um risco de arbítrio, por detrás da aparência de impessoalidade dos procedimentos da pesquisa socioló-

5. Paris: De Minuit, 1984.

6. BOURDIEU, P. (com Loïc Wacquant). *Réponses*. Paris: Le Seuil, 1992, p. 225.

gica, visando a defender um ponto de vista ou a construir um espaço de pontos de vista nos quais o sociólogo arroga-se efetivamente o poder de classificar seus concorrentes? Haveria um sistema único para examinar este trabalho, ou este empenharia escolhas e conseqüentemente preferências? Seria o observador, implicado em seu objeto de pesquisa, o mais bem-situado para intentar esta classificação? Visando a resolver estes problemas, Bourdieu fala em *objetivação participante*, que não deve ser confundida com a *observação participante* (cf. cap. 3 "A relação de pesquisa"). Apesar da complexidade deste exercício, seu princípio não consiste somente em considerar o objeto de estudos a distância, mas igualmente em praticar um distanciamento em relação a si mesmo em face do objeto estudado, questionando assim a própria análise da posição do sociólogo no momento mesmo em que ele apresenta seu objeto de estudos e os instrumentos de sua análise. Dessa forma é possível falar de uma sociologia da sociologia, praticada do interior, do próprio coração do processo de elaboração científica.

A consciência dos limites da objetivação objetivista levou-me a descobrir que existe no mundo social, e em particular no mundo universitário, toda uma série de instituições que tem por efeito tornar aceitável a defasagem entre a verdade objetiva e a verdade vivida daquilo que fazemos e somos – tudo aquilo que os sujeitos objetivados querem lembrar quando, à análise objetivista, eles opõem a afirmação de que "não é bem assim que as coisas funcionam". Refiro-me, por exemplo, particularmente, aos sistemas de defesa coletivos que, em universos onde cada qual luta pelo monopólio de um mercado no qual não existe por cliente senão concorrentes, e onde a vida é conseqüentemente muito dura, permitem aceitar-se ao corroborar subterfúgios ou gratificações compensatórias fornecidas pelo ambiente. É esta dupla verdade, objetiva e subjetiva, que se constitui em verdade completa do mundo social⁷.

Manter uma relação pessoal com seu objeto de estudos amplia a dificuldade de objetivação, embora isso não comporte nenhuma anormalidade. É inclusive praticamente inevitável que o sociólogo seja atraído pelo estudo de fenômenos sociais que o marcaram no passado, ou que ainda o marcam em sua experiência cotidiana. O sociólogo deve ser capaz de neutralizar seus sentimentos ou rechaçar suas paixões. Urge-lhe tomar consciência das próprias preferências ao delimitar o campo de suas investigações e esforçar-se da maneira mais objetiva possível para prestar contas dos limites e dos inconvenientes da relação íntima que o mais frequentemente ele mantém com seu objeto de estudos. É sob essa condição que ele poderá verdadeiramente distanciar-se das prenoções e evitar as ciladas da sociologia espontânea.

Consciência comum, consciência erudita

Construir um objeto de estudos em sociologia consiste em passar do senso comum ao sentido sociológico. Como qualquer indivíduo vivendo em sociedade, o sociólogo tem opiniões, preferências, uma relação pessoal com as coisas e com os seres. Os fenômenos que ele estuda – o que denominamos o social em sentido amplo – não são isoláveis da atividade humana da qual ele participa. Ele não é o único a conhecê-los, mas sua abordagem é diferente enquanto inscrita num quadro de referência rigorosamente definido, cuja principal característica é a de submeter-se às normas da verdade científica. Para tanto, ele não pode contentar-se em utilizar ingenuamente a linguagem cotidiana, já que esta ao mesmo tempo exprime os valores, as crenças, os hábitos e as ideias dos homens vivendo em sociedade. Esta linguagem constitui frequentemente uma barreira ao conhecimento científico. Os termos da vida cotidiana impõem-se como evidências que o sociólogo deve questionar. Ele não pode servir-se deles sem destruí-los, ou pelo menos sem defini-los de forma precisa. Na obra *Les règles de la méthode sociologique* (As regras do método sociológico), Durkheim fez um alerta contra as prenoções que dominam o senso comum:

Urge, pois, que o sociólogo, ou no momento em que ele determina o objeto de suas pesquisas, ou ao longo de suas demonstrações, se interdiça resolutamente o uso destes conceitos formados fora dos quadros científicos e por necessidades que não possuem nada de científico. Urge que ele se distancie destas falsas evidências que dominam o espírito vulgar, que ele se livre, uma vez por todas, do jugo destas categorias empíricas que uma longa habituação acabou tornando-as tirânicas. No mínimo, se a necessidade o obriga a fazer uso deste expediente, que o faça tendo consciência de seu pouco valor, a fim de não convidar estas categorias a exercer na doutrina um papel do qual não são dignas⁸.

Alguns anos mais tarde, Célestin Bouglé retomou esta advertência atendo-se, ele também, aos termos da vida comum que a sociologia espontânea não questiona suficientemente:

Para as noções sociológicas comuns, assim como para as noções geológicas ou meteorológicas, a hora do veredicto deve soar enfim, pelo qual o conhecimento científico fará sua escolha, entronizando umas em seu reino e destronando outras. Esta sociologia popular, cujas narrativas de historiadores assim como a literatura edificante de literatos ou os adágios do senso comum nos revelaram a existência, convoca à vida, a fim de poder morrer de sua própria morte, uma sociologia científica⁹.

8. *Les règles de la méthode sociologique*. 1895. Paris: PUF ["Quadrige Grands Textes", 2007, p. 32].

9. Cf. BOUGLÉ, C. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Félix Alcan, 1925.

Tomemos o caso do sociólogo preocupado em estudar o fenómeno da pobreza. Todos nós alimentamos uma ideia mais ou menos precisa deste termo, já que, antes que um conceito sociológico, ele representa uma expressão da vida cotidiana. Primeiramente podemos conhecer a pobreza por termos vivido pessoalmente esta experiência. Aliás, é raro encontrar alguém afirmando nunca ter-se encontrado com uma pessoa ou com uma família vivendo na penúria. A televisão e os jornais regularmente fazem um balanço da pobreza sob forma de reportagens, de testemunhos ou de análises. Mas no fundo, para além da percepção imediata deste fenómeno e do sentido espontâneo que lhe damos, de quem e do que realmente falamos quando nos referimos à pobreza?

O reflexo espontâneo é o de começar definindo quem são os pobres no intuito de contá-los, estudar como vivem e analisar sua evolução no tempo. Os economistas e os estatísticos sempre buscaram dar uma definição substancialista à pobreza. Quantos são? Esta é, aliás, a questão que frequentemente impõe-se como preâmbulo a toda reflexão, um pouco como se fosse inconcebível falar desta problemática sem quantificar os pobres. Existe hoje uma abundante documentação sobre a medição estatística da pobreza¹⁰, mas falta ainda avaliar o valor das estatísticas e o que elas podem nos ensinar sobre o fenómeno da pobreza. A medição estatística da pobreza, que poderia parecer um esforço de objetivação, na realidade é parte integrante desta sociologia espontânea que procede do senso comum.

O sociólogo que estuda a pobreza não pode contentar-se com uma abordagem descritiva e quantitativa dos pobres. Ele deve questionar a própria noção de pobreza. O raciocínio em termos binários, que consiste em opor as características dos pobres às do resto da sociedade, não passa de um equívoco¹¹. A definição de um limiar de pobreza, por mais elaborada e precisa que seja, é sempre arbitrária. Tomemos um exemplo: no limiar de 50% da renda média por unidade de consumo (em torno de 600 euros por mês), existia na França, em 2001, 6% de pessoas em situação de pobreza, ou seja, 3,6 milhões, mas no limiar de 60% da renda média por unidade de consumo (cerca de 720 euros por mês), os pobres representavam 12,4% da população, ou seja, mais que o dobro, totalizando 7,2 milhões de pessoas¹². Basta, portanto, mudar ligeiramente o limiar oficial da pobreza para que mude radicalmente a proporção da população implicada. Este resultado prova que existe uma forte concentração de arranjos ao redor do limiar de pobreza considerada, e que este limiar contribui no estabelecimento

de um corte radical entre um conjunto de pessoas que na realidade vivem em condições provavelmente similares. Isso não significa dizer que devemos nos privar destes indicadores estatísticos da pobreza. É primordial, no entanto, não limitar-se a esta abordagem. Enquanto a quantificação dos pobres constitui no senso comum um preâmbulo à reflexão, para o sociólogo ela pode ser um verdadeiro obstáculo epistemológico no sentido de criar um impasse e privá-lo da interrogação sobre o sentido mesmo da pobreza.

A questão essencial que o sociólogo deve se colocar é simples: O que faz com que um pobre, numa sociedade dada, seja pobre e nada mais que pobre? Dito de outra forma: O que é que estabelece o estatuto social de pobre? A partir de qual critério essencial uma pessoa torna-se pobre aos olhos dos outros? O que é que permite defini-la prioritariamente por sua pobreza? Coube a Georg Simmel, no início do século XX, responder por primeiro, de forma clara e direta, a esta questão, mesmo se outros antes dele já tivessem esboçado uma resposta¹³. Para Simmel, é a assistência que uma pessoa recebe publicamente da coletividade que determina seu estatuto de pobre. Ser assistido é a marca identitária da condição do pobre, o critério de sua pertença social a um estrato específico da população. Um estrato que é inevitavelmente desvalorizado, já que definido por sua dependência em relação aos outros. Ser assistido, neste sentido, é receber tudo dos outros sem poder inscrever-se, ao menos a curto prazo, em uma relação de complementaridade e de reciprocidade em face deles. O pobre, recipiendário de recursos que lhe são especialmente destinados, deve aceitar viver, mesmo que temporariamente, com a imagem negativa, que lhe reenvia a sociedade e que ele acaba interiorizando, de não ser mais útil, de fazer parte dos que às vezes denominamos “indesejáveis”. Cada sociedade define e dá um estatuto social distinto a seus pobres, ao destinar-lhes recursos. O objeto de estudo sociológico por excelência não é, portanto, a pobreza, nem os pobres enquanto tais, como realidade social substancializada, mas a relação de assistência – e, portanto, de interdependência – entre eles e a sociedade à qual pertencem. Esta perspectiva analítica supõe voltar a estudar de forma comparativa os mecanismos de designação dos pobres em diferentes sociedades, pesquisar as representações sociais que estão na origem e que as tornam legítimas, mas também analisar a relação que os pobres assim designados estabelecem com o sistema de ajuda do qual são tributários e, de forma mais geral, as provações das quais fazem a experiência naquele momento e em outras circunstâncias de suas vidas cotidianas¹⁴.

A passagem do senso comum ao senso sociológico pode parecer relativamente simples. Na realidade, a questão não é tão simples assim. Trata-se, sem dúvida, da questão mais difícil imposta ao sociólogo, que exige dele a maior

10. Cf. ANDRESS, H.-J. (org.). *Empirical Poverty in a Comparative Perspective*. Aldershot: Ashgate, 1998. • DESTREMAU, B. & SALAMA, P. *Mesures et démesure de la pauvreté*. Paris: PUF, 2002.

11. Sobre este ponto, cf. a tese de Ruwen Ogien, sobre a construção social da pobreza, publicada sob o título *Théories ordinaires de la pauvreté*. Paris: PUF, 1983 [“Le Sociologue”].

12. Cf. *Le rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale 2003-2004*. Paris: La Documentation Française, 2004, p. 18.

13. SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: PUF, 1998 [“Quadrige”] [1. ed. em alemão, 1907].

14. É nesta perspectiva que fiz uma pesquisa comparativa da pobreza. Cf. PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF, 2005 [“Le Lien Social”].

vigilância para não cair nas facilidades do julgamento espontâneo, aquele que parece evidente e que acaba sendo aceito como tal, demonstrando assim, e às vezes inadvertidamente, uma grande ingenuidade.

Em se tratando do mundo social, jamais arriscamos subestimar a dificuldade, ou as ameaças. A força do pré-construído reside no fato que, estando inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta sob as formas da evidência, que passam despercebidas porque parecem evidentes. A ruptura é efetivamente uma *conversão do olhar*, e podemos dizer do ensinamento da pesquisa em sociologia que ele deve primeiramente “dar novos olhos”, como às vezes o dizem os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão um “homem novo”, pelo menos um “novo olhar”, um *olho sociológico*. E isso é impossível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social¹⁵.

Pode haver igualmente uma pluralidade de usos sociais e institucionais dos termos que se usa no senso comum, e a tal ponto que a noção comum que parece reuni-los é na realidade ambígua, isto é, equívoca. Cada um deles pode veicular ideias recebidas de natureza diferente. Disso resultam inextricáveis confusões. Urge, portanto, redobrar a prudência ao examinar a pluralidade das significações sociais destes termos e estabelecer conscientemente uma ruptura com eles. Com efeito, é heurísticamente fecundo distinguir o uso científico do uso social, visto que o segundo pode revelar-se um real obstáculo à clareza do primeiro assim como para a própria elaboração teórica.

Esta ruptura será tanto mais exitosa quanto mais controlada for. Para tanto, duas condições são necessárias. Marcar uma ruptura com o uso que se faz dos termos da vida corriqueira ou dos termos utilizados no debate social não significa esquecê-los ou fazer de conta que eles não existem. Como o lembra François Isambert, é impossível subtrair-se inteiramente às prenoções, pois, “inicialmente, as coisas sociais não nos são *dadas* pela percepção, mas *indicadas* pela linguagem comum enquanto noções vulgares”. “Sua identidade primeira, sem dúvida revisável, mas de jeito nenhum negligenciável, está nesta designação”¹⁶. Durkheim dizia o mesmo quando afirmou:

Urge munir-se de todas as peças dos conceitos novos, apropriados às necessidades da ciência e expressos com o auxílio de uma terminologia especial. Isso não significa, sem dúvida, que o conceito vulgar seja inútil ao homem erudito: ele serve de indicador. Por este indicador somos informados que existe nalgum lugar um conjunto de fenômenos que são reunidos sob uma mesma denominação e que, por consequência, devem verdadeiramente ter características comuns; mesmo,

como ele não existe sem ter tido qualquer contato com os fenômenos, ele nos indica às vezes, mas *grosso modo*, em qual direção tais fenômenos devem ser pesquisados. Mas como é grosseiramente formado, é perfeitamente natural que ele não coincida exatamente com o conceito científico instituído àquela ocasião¹⁷.

Consequentemente, querer rejeitar sistematicamente a referência a estes termos em razão de seu caráter vago ou desprezar as ideias – ideologias – implícitas ou explícitas que eles veiculam não tem sentido, em particular quando já se explicou o porquê das coisas se apresentarem assim e quando já se dispensou um grande esforço na elaboração de conceitos mais precisos. A função do pesquisador é a de esclarecer estes termos, superando-os. Para tanto, urge que ele comece por sua desconstrução e em seguida passe a reconstruir um objeto que, mesmo lhe estando inteiramente próximo, dele deve distanciar-se. O saber em ciências sociais comporta este preço.

Em segundo lugar, isso não significa que o pesquisador deva renunciar absolutamente ao uso destas ferramentas empíricas, por exemplo, os indicadores estatísticos que servem para medir a amplitude dos fenômenos indicados pela linguagem comum. Voltando ao exemplo da pobreza: a comparação das taxas de pobreza, por exemplo, mesmo se o limiar a partir do qual elas são calculadas continue arbitrário, seu mérito é o de acentuar as diferenças de níveis de vida que podem existir entre os diferentes grupos sociais e entre as regiões ou países. No mesmo sentido, é possível tentar comparar os indicadores não monetários, como os vínculos sociais, por exemplo (solidariedades familiares, participação na vida associativa, redes de ajuda privadas etc.) e cruzá-los com os indicadores econômicos para estudar as desigualdades e os acúmulos de deficiências e, através disso, as populações mais prejudicadas. Esta abordagem será tanto mais fecunda quanto mais o pesquisador for crítico em relação aos instrumentos que utiliza. Servindo-se desse recurso, ele poderá lembrar, por exemplo, que o sentido dos indicadores comparados é variável segundo o contexto cultural de cada uma das sociedades estudadas. Ele poderá então empenhar-se em remeter estes indicadores às representações coletivas, à história das instituições e aos modos de intervenção no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão, estas igualmente dependentes, ao menos parcialmente, das realidades do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho.

Como o sublinhou Durkheim, o sociólogo sempre parte do conceito vulgar ou da expressão vulgar. Se às vezes parece difícil usar outros termos senão os da linguagem comum, o sociólogo deve então explicitar o sentido preciso como os utiliza em suas finalidades científicas. Entretanto, quando a noção comum confunde uma pluralidade de noções distintas, urge criar conceitos novos.

15. BOURDIEU, P. *Réponses*. Op. cit., p. 221.

16. Cf. ISAMBERT, F. “De la définition – Réflexions sur la stratégie durkheimienne de détermination de l’objet”. *L’Année Sociologique*, n. 32, 1982, p. 163-192.

17. *Les règles de la méthode sociologique*. Op. cit., p. 37.

Rumo a um questionamento novo

Romper com o senso comum e afastar-se das prenoções são etapas importantes, entretanto, quais são suas finalidades? Este exercício remete a um questionamento novo. Trata-se efetivamente de pousar um novo olhar sobre a realidade, interrogando-a diferentemente. Por exemplo: Por que os indivíduos agem de tal ou tal forma? Quais são suas verdadeiras motivações, independentemente daquilo que geralmente é apresentado como evidente?

Sempre que acredita eludir a tarefa de construir os fatos em função de uma problemática teórica, o sociólogo submete-se a uma construção ignorada, e que ele ignora como tal, coletando no máximo discursos fictícios forjados pelos sujeitos para enfrentarem a situação de pesquisa e responderem a questões artificiais, ou ainda, ao artifício magno da ausência de questões¹⁸.

Por que não um simples exemplo da vida cotidiana? Por exemplo: quando os preços disparam, as pessoas comuns e as famílias passam a preocupar-se com o próprio poder aquisitivo. Elas manifestam seus descontentamentos e às vezes acusam explicitamente os responsáveis políticos por ações inadequadas na regulamentação ou na regulação da atividade econômica ou comercial. Diante deste fenômeno, o jornalista busca averiguar a alta dos preços nos supermercados e pede aos consumidores suas opiniões espontâneas sobre a questão. Como passar de uma questão de atualidade que suscita um debate social para uma questão sociológica? A tradução não é imediata. Ela implica uma reflexão distanciada do objeto a ser estudado. O sociólogo buscará analisar, por exemplo, para além da expressão espontânea das dificuldades econômicas da população em geral, os fatores – menos visíveis – do descontentamento popular, insistindo notadamente nas implicações ligadas à situação respectiva de uns e de outros no espaço social. Ele se esforçará na prestação de contas do meio ambiente imediato das pessoas interrogadas e na análise dos laços que as vinculam a seus próximos – vizinhos, amigos, parentes – e à sociedade em geral. Ele poderá então explicar que o mal-estar não está ligado à perda de poder aquisitivo enquanto tal, mas à ansiedade que esta perda alimenta, às desigualdades que ela provoca e à degradação do *status* social que ela pode desencadear nas camadas mais vulneráveis da população. O sociólogo considerará então que o fenômeno econômico da alta dos preços, apresentado nas mídias como um problema geral, na realidade tem efeitos variáveis segundo as categorias sociais, e que ele transtorna o estado das relações sociais. O sociólogo poderá também estudar a evolução dos diferentes tipos de despesas comparando o orçamento de várias famílias, assim como outrora o fez Maurice Halbwachs¹⁹. Ele tentará analisar

como estas últimas reagem ao decidirem pela contensão de algumas despesas a fim de não sacrificar outras. Diante de uma baixa importante do nível de vida, ligada ao desemprego, por exemplo, a reação corrente – e hoje conhecida – dos consumidores é a de restringir prioritariamente as despesas que ameaçam minimamente não a saúde particular destes indivíduos, mas a manutenção de seu *status* social. Dito de outra forma: o sociólogo vai problematizar a questão do poder aquisitivo definindo um objeto de estudos específico – podem existir muitos – e tentar desvelar assim os contrastes escondidos da vida social.

Passemos para outro exemplo. O *doping* no esporte tornou-se um tema de atualidade, e hoje mais candente ainda por rondar os atletas de alto nível. Toda vez que um caso explode por ocasião de um teste considerado positivo, uma pesquisa é requerida, e os amadores do esporte ficam de orelha em pé a fim de saber se uma infração foi realmente cometida ou não. Quando os casos de dopagem se repetem regularmente, como, por exemplo, no caso do *Tour de France*, a credibilidade desta prova ciclística, por mais popular que seja, é afetada. O sociólogo não buscará comentar sua atualidade imediata. Ele acima de tudo buscará distanciar-se em relação ao que é apresentado publicamente como um escândalo, ou como um flagelo a combater. Ele igualmente não emitirá um julgamento normativo sobre o comportamento de tal ou tal ciclista, de tal ou tal diretor esportivo, mesmo se a culpabilidade dos diretores seja inquestionável²⁰. Ele, antes de tudo, tenderá a responder à seguinte questão: Como ainda é possível que desportistas se dopem? Este enigma passa por vários deslocamentos do olhar. Não é este caso particular que interessa ao sociólogo, mas o fenômeno mais geral da dopagem. Primeiramente, se esta ocorre regularmente, é porque corresponde a uma prática corrente, quase banal, perfeitamente integrada ao esporte de alto nível, como uma componente da preparação física medicável e encampada por especialistas de ponta neste domínio. Em segundo lugar, se esta prática é regular enquanto existe uma proibição da dopagem e um risco de sanção, é que ela é dissimulada, desenvolvendo-se nos bastidores, e com o consentimento tácito dos desportistas e de todos os que os circundam. O sociólogo se interessará então pelo segredo que cerca a preparação física, pela fronteira inevitavelmente estreita entre o acompanhamento médico intensivo, a pesquisa sobre a *performance* otimizada e a dopagem ela mesma. Ele assumirá o esporte como uma cena para a qual os atletas se preparam dissimulando as receitas de suas façanhas, um pouco como o mágico guarda em segredo seus truques. Enfim, o sociólogo tentará compreender como os desportistas de alto nível são inevitavelmente confrontados em um dado momento com a dopagem. Ele buscará então, a partir de vários casos, reconstituir as diferentes fases da carreira moral dos atletas e discernir como estes últimos foram socializados à prática da

18. Cf. *Le métier de sociologue*. Op. cit., p. 58. • *Ofício de sociólogo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 51-52.

19. Cf. *La classe ouvrière et les niveaux de vie*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1912.

20. Sobre este tema, o leitor poderá recorrer a BRISSONNEAU, C.; AUBEL, O. & OHL, L. *L'Épreuve du dopage – Sociologie du cyclisme professionnel*. Paris: PUF, 2008 [“Le Lien Social”].

dopagem através dos cuidados intensivos dos quais foram objeto. Assim procedendo, ele sem dúvida fará cair por terra o mito de certas façanhas esportivas, desvelando assim a face oculta do esporte de alto nível. Ele transformar-se-á então, com o risco de desencantar o público ávido de heróis, num “caçador de mitos”, segundo a expressão de Norbert Elias²¹. Da mesma forma, o sociólogo que se atribuir o encargo de estudar as condições sociais da relação amorosa, necessariamente transformar-se-á num desmistificador (cf. box).

As condições sociais da relação amorosa

Criou-se na mentalidade popular toda uma mitologia em torno do amor, emoção violenta e irresistível que arrebatava aleatoriamente, que toma conta misteriosamente da maioria dos jovens e frequentemente também os menos jovens. No entanto, a partir do momento em que se busca precisar os critérios da escolha, percebe-se que as flechas do cupido parecem regidas por normas bastante precisas de classe, de renda, de educação, de raça ou religião. Se em seguida buscarmos perscrutar um pouco mais de perto o comportamento que precede o casamento – “fazer a corte”, segundo o eufemismo enganador – perceberemos que ele obedece a um ritual em geral extremamente rígido. E desde então voltamos a nos interrogar: Seria tão boa assim, na maioria dos casos, a emoção que leva a um determinado tipo de relação? Não seriam antes as relações prévias e mesmo frequentemente premeditadas que engendrariam eventualmente a emoção procurada? Em outros termos: é somente quando certas condições são realizadas – ou são artificialmente construídas – que podemos nos permitir “apaixonar-nos”. O sociólogo que busca desvencilhar os modelos aos quais obedecemos quando fazemos a corte e nos casamos, descobrirá rapidamente uma rede complexa que de múltiplas formas se reporta a toda a estrutura institucional em que vivemos – classe social, carreira, ambição econômica, vontade de poder e prestígio etc. O milagre do amor se nos parecerá desde então um tanto quanto artificial. Mais uma vez, isso não significa que em todos os casos o sociólogo deva declarar ilusória a interpretação romântica. Mas ele buscará, lá ainda, ver o que se esconde por detrás do dado imediato e das interpretações que se beneficiam da aprovação pública. Diante de um casal que passeia sob o luar, o sociólogo não se sentirá necessariamente obrigado a negar toda profundidade emotiva desta cena charmosa. Mas preocupar-se-á com a maquinaria que contribuiu para esta encenação, sob seus aspectos não lunares – a fileira social testemunhada pelo carro que levou os enamorados a tal local romântico, os cânones do gosto e da moda que fabricaram suas vestimentas, a situação social que trai a linguagem e o comportamento dos enamorados... enfim, a significação e a intencionalidade sociais de toda a cena.

BERGER, P.L. *Comprendre la sociologie – Son rôle dans la société moderne*. Paris: Du Centurion, 1973, p. 58-59.

Mudar o olhar, procurar “ver nas entrelinhas”, desvelar o mundo social são outro tanto expressões que permitem identificar o trabalho sociológico.

Em certos casos, o sociólogo pode encontrar fortes resistências. Às vezes ele precisa distanciar-se da função de especialista que lhe entendem fazer exercer as administrações ou as estruturas de financiamento da pesquisa aplicada. Ele, de fato, frequentemente é convidado a participar, direta ou indiretamente, da avaliação das políticas públicas. Não se trata de questionar o princípio e o interesse destas avaliações, mas é evidente que a intervenção do sociólogo no quadro de um trabalho que depende mais de uma abordagem administrativa ou de gestão da política pública não ocorre sem suscitar nele vários questionamentos. A dificuldade na qual ele esbarra vincula-se à natureza de sua intervenção. Aventurar-se no terreno da avaliação pode efetivamente ser interpretado como sinal de uma renúncia à pesquisa fundamental à medida que o objeto de estudos é então construído não por ele mesmo, mas em função das expectativas institucionais e políticas. O sociólogo pode sentir-se coagido a resignar-se a um determinado número de obrigações às vezes destituídas de qualquer justificação científica. Querendo ou não, a construção do objeto e a problematização lhe fogem, ao menos em parte, tanto que as apostas político-administrativas se impõem como justificação exclusiva do interesse público relegado à pesquisa. Para o sociólogo, as “boas” questões nem sempre coincidem com as “boas” questões formuladas pelos responsáveis administrativos que o solicitam. Com um pouco de experiência, o sociólogo saberá não obstante isso fazer evoluir o questionamento inicial a fim de aproximá-lo de uma verdadeira problemática sociológica. Tratar-se-á então, se as condições forem favoráveis, de interrogar a própria questão, o que significaria dar mostra de pedagogia em relação às autoridades administrativas para fazê-las compreender que o ângulo inicialmente escolhido não é adaptado a uma investigação científica, e que haveria interesse em formular o problema de outra forma. Em alguns casos, a encomenda feita aos sociólogos é apresentada de forma tão vaga que ela não oferece nenhuma dificuldade em desviá-la na direção de uma problemática estritamente sociológica. Em outros casos, ao contrário, ela é específica, tão estreita e tão pouco conforme ao espírito do sociólogo que uma redefinição se impõe. Se o demandante recusar a contraproposta, é preferível então abster-se de colaborar com seu projeto.

Na prática, o sociólogo responde regularmente às demandas. Algumas delas emanam dos serviços de estudos dos ministérios, e são redigidas por agentes com uma formação em ciências sociais, mas outras são inteiramente redigidas sem nenhuma referência aos trabalhos científicos e apenas se preocupam com necessidades em vista da ação. Em todos os casos, urge desconfiar das premissas da pesquisa contratual. A questão social raramente é formulada de forma sociológica. O sociólogo corre o risco de deixar-se enclausurar em conceitos que não têm nada de científico e que, com o tempo, se menosprezará-los, poderão suplantá-lo e efetivamente levá-lo a pensar segundo as finalidades da ação política e da ideologia política implícita dos militantes do social.

21. Cf. cap. 2 “Le sociologue comme chasseur de mythes”. In: ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: L'Aube, 1991 [1. ed. em alemão, 1950].

Assumir uma pesquisa sociológica não é nada evidente. Nunca é fácil realizar um trabalho de distanciamento diante das prenoções e do senso comum. As questões de sociedade, da forma como são formuladas na vida social e na vida política, podem ser o horizonte e a finalidade da pesquisa sociológica, mas elas não são questões sociológicas enquanto não forem previamente desconstruídas e reconstruídas. A prática da sociologia obedece conseqüentemente a regras científicas precisas, e nenhum sociólogo pode desinteressar-se dos progressos realizados na questão metodológica. O saber, neste domínio, no entanto, não constitui um fim em si mesmo. Ele é um meio ao serviço de uma melhor compreensão da sociedade. Preocupado em elaborar para cada uma de suas pesquisas um plano rigoroso de objetivação, o sociólogo é convidado a fazer experiências numerosas e diversificadas. Ele não poderá realmente progredir se não aprender a tirar proveito disso, se não admitir seus fracassos e se não pousar sobre si mesmo e sobre a ciência por ele reivindicada um olhar crítico.

2 Problematizar

Cyril Lemieux

Sábio não é o homem que fornece as verdadeiras respostas, mas aquele que coloca as verdadeiras questões.

LÉVI-STRAUSS, C. *Le cru e le cuit (O cru e o cozido)*.

E se o mais difícil em sociologia não fosse produzir respostas, mas formular boas questões? Diante de um objeto de pesquisa, seja ele qual for, as questões, com efeito, se apresentam. No entanto, após um exame rigoroso, muitas delas se revelam defeituosas ou insuficientes do ponto de vista da sociologia, seja porque se assemelham ao que poderíamos denominar, nas sendas de Pierre Bourdieu, *questões escolásticas*²², seja porque simplesmente se apresentam como *questões descritivas*, incapazes por si mesmas de levantar um verdadeiro problema.

As questões escolásticas são uma espécie perniciosa, já que se apresentam o mais frequentemente revestidas das virtudes da “profundidade” e do “fundamental” – adereços capazes de impor respeito a todo trabalhador intelectual. São as reflexões gerais que as suscitam, reflexões relativas à liberdade humana e ao determinismo, às funções respectivas do indivíduo e da sociedade, ou ainda, ao fato de saber se o atual andamento do mundo possui um caráter inelutável ou não. Estas questões “profundas” consistem em perguntar-nos, por exemplo, se nossas formas de pensar independem de nossa socialização; se determinados indivíduos, agindo como agiram, foram influenciados pela sociedade; ou ainda, se um determinado grupo humano realmente tem condições de transformar-se. Questões deste gênero, na realidade, reportam-se mais à metafísica que à análise sociológica propriamente dita, do ponto de vista a partir do qual elas emergem sem proposições verdadeiras, justamente porque os princípios fundadores da sociologia lhes forneceram *antecipadamente* respostas. Quem concorda com estes princípios não saberia seriamente considerar que nossas formas de pensar de-

22. BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997, p. 61-110.